

1. Segundo a Lei estadual nº 7.209/1997, assinale a alternativa correta.

a) A Gratificação de Serviços Penitenciários será concedida ao Agente Penitenciário, independentemente do regime penal em que atue, conforme a classe da carreira em que estiver posicionado o seu cargo.

b) O provimento dos cargos das classes imediatamente superiores dar-se-á por promoção, de acordo com os fatores "tempo de serviço" e "avaliação de desempenho funcional".

c) É condição obrigatória para a participação no processo de promoção, o cumprimento do interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício das atribuições do cargo na classe ocupada e a aprovação no estágio probatório.

d) A Gratificação de Serviços Penitenciários é incompatível com quaisquer vantagens, cujo direito à percepção tenha igual fundamento, ressalvado o direito à Gratificação por Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva.

e) Integram definitivamente o Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários os candidatos aprovados no concurso público de provas matriculados no Curso de Formação de Agentes Penitenciários, sendo denominados Alunos Agentes.

2. Conforme a Lei estadual nº 7.209/1997, assinale a alternativa incorreta.

a) A carreira de Agente Penitenciário é integrada por cargos de provimento permanente, agrupados em três classes.

b) A inexistência de registros de antecedentes policiais ou criminais é requisito especial para ingresso no cargo de provimento permanente de Agente Penitenciário.

c) A Carteira Nacional de Habilitação válida, categoria A ou B, é requisito especial para ingresso no cargo de provimento permanente de Agente Penitenciário.

d) A promoção dependerá de prévia inscrição do interessado e estará sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como à existência de vagas.

e) O Agente Penitenciário fará jus ao auxílio-acidente para atender a despesas médico-hospitalares, decorrentes de acidente em serviço.

3. Não é um estabelecimento prisional que constitui o Sistema Penitenciário do Estado da Bahia, nos termos do Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia:

a) Colônia Agrícola Lafayette Coutinho;

b) Hospital de Custódia e Tratamento;

c) Casa do Albergado e Egressos;

d) Cadeia Pública de Salvador;

e) Colônia Penal de São Francisco de Assis.

4. As Unidades do Sistema Penitenciário Estadual têm como finalidade promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, resguardando a integridade física e moral dos internos. Acerca do Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia, assinale a alternativa correta.

a) Os estabelecimentos penais estaduais destinam-se à custódia dos condenados a pena privativa de liberdade e de limitação de fim de semana, apenas.

b) - O mesmo conjunto arquitetônico não poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa, mesmo que devidamente isolados.

c) Os presos condenados não manterão contato com os presos provisórios e serão alojados em alas separadas.

d) As unidades do Sistema Prisional deverão destinar espaço adequado para acomodação de maiores de sessenta anos de idade, portadores de deficiências físicas e mentais, bem

como doenças infectocontagiosas, assim como isolamento para aqueles que se encontrem sob ameaça ou risco.

e) Observar-se-á, nos estabelecimentos, a separação dos custodiados, levando-se em consideração tão somente o delito cometido, vedada a utilização de outros critérios.

5. Nos termos do Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia, as unidades destinadas à realização de exames criminológicos, bem como à execução de estudos e pesquisas sobre a incidência criminológica, devem garantir, exceto:

a) acomodação dos internos em cela individual ou coletiva.

b) visitação em cela individual ou coletiva.

c) segurança interna.

d) segurança externa.

e) locais adequados para atividades de serviço social, psicologia e atendimento médico-odontológico.

6. O preso não poderá ser recolhido em estabelecimento cujo regime seja diverso daquele para o qual foi condenado. Sabendo disso, assinale a alternativa que vai a encontro do disposto no Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia.

a) Na hipótese de inexistência de vaga, o preso deverá ser recolhido em estabelecimento cujo regime de execução seja mais brando do que aquele para o qual foi condenado, salvo se houver decisão judicial autorizando o contrário.

b) Os estabelecimentos destinados à custódia de mulheres deverão contar com estruturas internas necessárias aos cuidados pré-natais e para acomodação de gestantes, parturientes e lactantes, além de berçário, onde as mães possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no máximo, até 06 (seis) meses de idade.

c) A movimentação do custodiado entre unidades será determinada por ordem do Superintendente de Assuntos Penais, e, em caráter excepcional, judicialmente.

d) As saídas de presos das unidades, sem escolta, poderão ocorrer quando em regime aberto, em regime semi-aberto ou para realizar trabalho externo, quando em regime fechado.

e) A unidade disporá de biblioteca para uso geral, provida de livros de literatura, técnicos, didáticos e recreativos, adquiridos exclusivamente através de doações, além de outros programas de estímulo à leitura.